



An Aligned Data Centers Company

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE
INTERESSE /

TRANSACCIONES CON PARTES RELACIONADAS Y
CONFLICTOS DE INTERÉS /

RELATED PARTY TRANSACTIONS AND CONFLICTS OF
INTEREST

Sumário

1.	OBJETIVO	3
2.	ALCANCE	3
3.	REFERÊNCIAS PARA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO.....	3
4.	DEFINIÇÕES.....	3
5.	RESPONSABILIDADES E AUTORIDADES	4
6.	REGRAS	5
6.1	Respeito às Normas Legais e Éticas	5
6.2	Transações com Partes Relacionadas	5
6.3	Identificação de Transações com Partes Relacionadas	5
6.4	Gestão de Riscos	6
6.5	Informações que Devem ser Consideradas na Análise de Transações com Partes Relacionadas	6
6.6	Formalização das Transações com Partes Relacionadas.....	7
6.7	Questionário.....	7
6.8	Diretoria e Acionista.....	7
6.9	Transações com Partes Relacionadas que não Tenham Sido Submetidas aos Procedimentos Desta Política	8
7.	CONFLITO DE INTERESSES	8
7.1	Situações de Conflito de Interesses.....	8
7.2	Regras Gerais.....	8
8.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	10
	Anexo I – Formulário para Declaração de Conflito de Interesses.....	11

1. OBJETIVO

A presente Política para Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de interesses (“Política”) tem por objetivo estabelecer procedimento a serem observados pela ODATA BRASIL LTDA. (“ODATA Brasil”), suas filiais, subsidiárias e afiliadas pertencentes ao mesmo grupo (“Companhia”), a fim de assegurar que decisões envolvendo transações com Partes Relacionadas, conforme abaixo definido, e outras situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas em condição de igualdade e transparência, garantindo aos acionistas e outras partes interessadas que a Companhia adote as melhores práticas de governança corporativa.

2. ALCANCE

Se aplica a:

- Todas as áreas e processo da ODATA.

3. REFERÊNCIAS PARA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

- ISO 9001
- ISO/IEC 20000-1
- ISO/IEC 27001
- ISO 14001
- ISO 45001

4. DEFINIÇÕES

- **Partes Relacionadas:** são consideradas Partes Relacionadas as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia. Desta forma, para fins desta Política, são consideradas: (i) pessoa física ou um membro próximo da família de alguém que (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia; (b) tiver influência significativa sobre a Companhia; ou (c) exercer alguma atividade relevante na administração da

Companhia (membros do Conselho, Diretores ou outras atividades deliberativas); e (ii) pessoas jurídicas (a) que estejam sob o controle comum, direta ou indiretamente; (b) exerça o controle pleno ou compartilhado da Companhia; (c) for controlada da Companhia; ou (d) tiver influência significativa sobre a Companhia.

- **Membros Próximos da Família:** São aqueles membros próximos da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a Companhia ou com suas Controladas e incluem, mas não se limitam aos: para Brasil, descendentes e ascendentes em linha reta até o segundo grau, naturais ou civis (adotivos), seu cônjuge, companheiro (a) em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o segundo grau de consanguinidade. Para os demais países incluem, mas não se limitam aos parentes até o quarto grau de consanguinidade ou segundo grau de afinidade, seu cônjuge, parceiro em acordo união civil, união estável ou equivalente ou quem convivam na mesma residência.
- **Influência Significativa:** Poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais da Companhia, de suas Controladas, subsidiárias, filiais, coligadas ou de uma determinada sociedade, mas sem que haja o controle propriamente dito sobre essas políticas. A influência significativa é presumida quando uma pessoa detiver pelo menos 20% (vinte por cento) do capital votante de uma sociedade ou caso esteja no Chile, pelo menos 10% (dez por cento) do capital de uma empresa.
- **Conflito de Interesses:** Toda situação e os interesses pessoais de um colaborador ou administrador possam, de forma concreta ou aparente, comprometer ou influenciar, de maneira indevida, o desempenho das funções ou a tomada de decisões, em conflito com os interesses da Companhia.
- **Canal de Ética:** mecanismo independente e confidencial disponibilizado pela ODATA para o registro de denúncias, relatos, dúvidas ou preocupações relacionadas a possíveis violações de leis, regulamentos, políticas internas, do Código de Conduta ou de princípios éticos da Companhia. O Canal permite o envio de relatos identificados ou anônimos, quando permitido pela legislação aplicável, sendo administrado por empresa especializada e contando com proteção contra retaliações a denunciante que atuem de boa-fé.

5. RESPONSABILIDADES E AUTORIDADES

- **CFO:** Colaborador responsável pela gestão macro do Jurídico, Financeiro, Business Development e Recursos Humanos;
- **CEO:** Colaborador responsável pela administração ampla da Companhia
- **Vice President, General Counsel Latam:** Colaborador(a) responsável pela área Jurídica e Compliance;
- **PM&A:** Área da Companhia responsável pelos controles internos, processos e procedimentos.

6. REGRAS

6.1 Respeito às Normas Legais e Éticas

A Companhia poderá realizar operações com Partes Relacionadas desde que contratadas em condições de mercado, ou seja, que tenham sido observadas, durante a negociação e formalização da transação, os preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado, aplicando-se os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia, conforme descrito no Código de Ética e Conduta da Companhia.

6.2 Transações com Partes Relacionadas

As transações com Partes Relacionadas são operações que resultam a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida (“Transações com Partes Relacionadas”).

6.3 Identificação de Transações com Partes Relacionadas

Caberá à área solicitante da contratação questionar previamente a qualquer contratação se a parte contratada é, para fins desta Política, considerada Parte Relacionada. Caso a área responsável pela contratação apresente algum questionamento quanto à caracterização da operação como uma Transação com Parte Relacionada, deverá encaminhar eventuais dúvida ao Jurídico, que será responsável por recomendar, em segunda análise, se tal operação deve se submeter ao disposto nesta Política.

6.4 Gestão de Riscos

Cabe ao Departamento Jurídico analisar os contratos entre as Partes Relacionadas e verificar se estão alinhados com esta Política. Após, o Departamento Jurídico deverá informar à área solicitante sobre a necessidade de submissão de referida contratação à prévia aprovação da Diretoria ou Acionista da ODATA Brasil, conforme o caso.

Nas situações em que se identificar que determinada contratação não se encontra alinhada com esta Política, caberá ao Departamento Jurídico encaminhar à Diretoria ou ao Acionista da ODATA Brasil, conforme o caso, suas conclusões, com um descritivo dos fatos e evidências que justificam seu entendimento. Caso a Diretoria ou o Acionista da ODATA Brasil, conforme o caso, aprove a celebração de eventual transação envolvendo Partes Relacionadas, o Departamento Jurídico informará tal decisão para a área solicitante pela contratação. Na hipótese em que estas situações ocorram fora do Brasil, a decisão será ratificada nos respectivos Diretório/ Junta Diretiva, conforme aplicável.

6.5 Informações que Devem ser Consideradas na Análise de Transações com Partes Relacionadas

Deverão ser analisadas as seguintes informações no âmbito do processo de aprovação:

- a) os termos da transação;
- b) o interesse da Parte Relacionada;
- c) o objetivo e oportunidade da transação;
- d) se a Companhia e/ou suas controladas diretas e indiretas são partes na transação e, em caso negativo, a natureza de sua participação;
- e) se a transação envolver a venda de um ativo, a descrição do ativo, incluindo data de aquisição e valor contábil ou custo atribuído;
- f) informações sobre as contrapartes na transação;
- g) o montante aproximado da transação;
- h) descrição de eventuais provisões ou limitações impostas à Companhia e/ou suas controladas diretas e indiretas como resultado da celebração da transação;

- i) se a transação envolve algum risco reputacional para a Companhia e/ou suas controladas diretas e indiretas; e
- j) qualquer outra informação que possa ser relevante para os acionistas.

6.6 Formalização das Transações com Partes Relacionadas

As Transações com Partes Relacionadas devem: (a) estar de acordo com o estabelecido nesta Política e em consonância com as demais práticas utilizadas pela Companhia e diretrizes mencionadas no Código de Ética e Conduta da Companhia; e (b) ser celebradas em instrumento escrito mencionando seus principais termos e condições, tais como: preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamento de taxas, obtenções de licenças, entre outras. Dentre essas características, também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição, pela Companhia, de qualquer transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes às aquelas disponíveis nos contratos com partes não-relacionadas.

6.7 Questionário

Os Departamentos de RH e Suprimentos, conforme aplicável, deverão obter e avaliar as respostas dos potenciais colaboradores e/ou fornecedores aos questionários específicos adotados pela empresa antes da contratação. Caso seja identificada qualquer potencial transação com Parte Relacionada, os Departamentos de RH e Suprimentos deverão informar imediatamente tal fato ao Departamento Jurídico, para verificar se determinada transação deverá ser caracterizada como uma Transação com Parte Relacionada.

6.8 Diretoria e Acionista

Compete à Diretoria ou ao Acionista da ODATA Brasil, na forma estipulada nesta Política: (a) deliberar sobre a aprovação ou rejeição da celebração de quaisquer contratos entre a Companhia e Partes Relacionadas, respeitados os dispositivos pertinentes no Contrato Social da Companhia, se aplicável; (b) disponibilizar ao acionista os contratos com Partes Relacionadas firmados pela Companhia, conforme

aprovado; (c) analisar as contratações identificadas que não estejam alinhadas a esta Política; e (d) orientar a Companhia nos casos de procedimentos omissos e relacionados a esta Política.

Compete ao Diretório/ Junta diretiva do respectivo país, ratificar a decisão da Diretoria ou Acionista da ODATA Brasil.

6.9 Transações com Partes Relacionadas que não Tenham Sido Submetidas aos Procedimentos Desta Política

Se chegar ao conhecimento dos Administradores ou colaboradores alguma Transação com Parte Relacionada que não tenha sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos nesta Política, o Departamento Jurídico analisará referida transação considerando todas as opções disponíveis para a Companhia e/ou suas controladas diretas e indiretas, incluindo a ratificação, a alteração ou o encerramento da transação, informando a Diretoria Executiva sobre suas conclusões.

7. CONFLITO DE INTERESSES

7.1 Situações de Conflito de Interesses

O Conflito de Interesse surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório no qual tenha o poder de influenciar o resultado, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. Dessa forma, há conflito de interesse quando alguém não é independente em relação a matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da Companhia. Trata-se de situação que deve ser examinada e tratada em cada caso concreto, quando verificado o confronto entre o interesse da Companhia e o interesse pessoal do agente.

7.2 Regras Gerais

Quando identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá alegar-se impedida e abster-se de participação de uma determinada negociação, de forma a garantir o exclusivo interesse da Companhia.

Além disso, os Administradores em posição de conflito de interesses deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Diretor Presidente da Companhia, tais Administradores poderão participar parcialmente das discussões na condição de informante, visando subsidiá-los com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo o Administrador conflitado, contudo, sempre se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria.

A manifestação da situação do conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da respectiva reunião na qual o assunto for apreciado.

A ausência intencional de manifestação voluntária de um Administrador será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a esta Política, devendo tal comportamento ser levado ao conhecimento do Departamento Jurídico e, conforme o caso, à apreciação da Diretoria e/ou Acionista da ODATA Brasil, conforme o caso.

Ao desempenhar suas atividades diárias de trabalho, os colaboradores devem tomar decisões no melhor interesse da Companhia, independentemente de qualquer influência externa. A Companhia busca promover um ambiente de trabalho propício para que o colaborador seja capaz de exercer suas funções em benefício da Companhia sem ser impactado por Conflito de Interesses.

O colaborador não deve agir de maneira divergente aos objetivos e interesses da Companhia, nem assumir condutas que possam afetar negativamente a confiança dos clientes, fornecedores, terceiros ou demais colaboradores na integridade e nos valores da empresa.

Todos os colaboradores deverão observar a potencial configuração de um Conflito de Interesses na condução de suas atividades, sejam elas relacionadas com a Companhia ou com terceiros.

É necessário que os colaboradores façam contato com o Departamento de Compliance nas seguintes situações (a) no caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem Conflito de Interesses, bem como qualquer dúvida sobre a aplicação desta Política em um caso concreto; e (b) para encaminhamento do formulário contido no Anexo I, caso o colaborador se encontre em uma situação de potencial Conflito de Interesses, por força dos termos do Código de Ética e Conduta da Companhia e da presente Política.

Havendo suspeita de situação de Conflito de Interesses envolvendo outro colaborador em detrimento dos interesses da Companhia, solicita-se que o Departamento de Compliance seja informado.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política tem validade por tempo indeterminado, podendo ser alterada a qualquer tempo.

Compete à Diretoria da ODATA Brasil:

- Aprovar formalmente esta Política;
- Aprovar bem como quaisquer futuras revisões, que devem ocorrer sempre que se fizer necessário;
- Analisar eventuais omissões ou exceções à Política.

Compete ao Diretório/ Junta diretiva/ Assembleia de Acionistas do respectivo país, ratificar a decisão da Diretoria ou do Acionista da ODATA Brasil.

Fica estabelecido o Canal de Ética da Companhia como canal formal para recebimento de denúncias que envolvam transações com Partes Relacionadas.

As pessoas que violarem esta Política estarão sujeitas às medidas legais e/ou disciplinares cabíveis, que serão avaliadas pelo Comitê de Ética das ODATA e determinadas pelos administradores competentes da Companhia.

Esta Política entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Anexo I – Formulário para Declaração de Conflito de Interesses

Nome:	
Cargo:	Departamento:

A. Declaração sobre Familiares:

1. Algum de seu(s) familiar(es) é agente público?

Sim ☐ Não ☐

2. Algum de seu(s) familiar(es) é colaborador da Companhia ou de empresa do mesmo grupo da Companhia

Sim ☐ Não ☐

3. Algum de seu(s) familiar(es) é colaborador de empresa do mesmo ramo da Companhia ou que de alguma forma possa ser considerada concorrente da Companhia?

Sim ☐ Não ☐

4. Algum de seu(s) familiar(es) é colaborador, diretor, trabalhador ou possui participação societária direta ou indiretamente em empresa(s) com negócios ou contratos firmados com a Companhia (parceiros, terceiros, representantes, subcontratados, subempreiteiro, fornecedores, consultores, prestadores de serviços em geral), ou que potencialmente possam vir a ser firmados, ou com empresa(s) do mesmo grupo da Companhia?

Sim ☐ Não ☐

5. Algum de seu(s) familiar(es) exercem a função de conselheiro, diretor ou gerente nas empresas mencionadas na pergunta anterior?

Sim ☐ Não ☐

6. Caso tenha respondido de forma positiva quaisquer das perguntas acima, favor detalhar abaixo.

Resposta: _____

B. Situações de Potencial Conflito de Interesses

1. O colaborador possui participação societária em empresa(s) com negócios ou contratos firmados com a Companhia (parceiros, terceiros, representantes, subcontratados, subempreiteiro, fornecedores, consultores, prestadores de serviços em geral), ou que potencialmente possam vir a ser firmados, ou com empresa(s) do mesmo grupo da Companhia?

Sim ☐ Não ☐

2. Há alguma outra situação que configure um potencial Conflito de Interesses?

Sim ☐ Não ☐

3. Caso tenha respondido de forma positiva alguma das perguntas acima, favor detalhar abaixo

Resposta: _____

Local (cidade e estado)

Nome:

Cargo:

Contenido

1.	OBJETIVO	14
2.	ALCANCE	14
3.	REFERENCIAS PARA LA ELABORACION DESTE DOCUMENTO	14
4.	DEFINICIONES.....	14
5.	RESPONSABILIDADES Y AUTORIDADES	15
6.	REGLAS.....	16
6.1	Respeto a las normas legales y éticas	16
6.2	Transacciones con Partes Relacionadas	16
6.3	Identificación de Transacciones con Partes Relacionadas	16
6.4	Gestión de riesgos	17
6.5	Información a ser considerada en el análisis de Transacciones con Partes Relacionadas.....	17
6.6	Formalización de las Transacciones con Partes Relacionadas	18
6.7	Cuestionario	18
6.8	Directorio y Accionista	18
6.9	Transacciones con Partes Relacionadas que no hayan seguido los procedimientos de esta Política.	19
7.	CONFLICTO DE INTERESES.....	19
7.1	Situaciones de Conflicto de Interés.....	19
7.2	Reglas Generales.....	19
8.	DISPOSICIONES FINALES	21
	Anexo I – Formato para Declaración de Conflicto de Intereses.....	22

1. OBJETIVO

Esta Política para Transacciones con Partes Relacionadas y Conflictos de Intereses ("Política") tiene la intención de establecer los procedimientos que deben seguir ODATA BRASIL LTDA. ("ODATA Brasil") y sus filiales y/o subsidiarias ("Compañía") para asegurar que las decisiones que involucren Transacciones con Partes Relacionadas, según dicho término se define más adelante, y otras situaciones con posibles Conflictos de Intereses, según dicho término se define más adelante, se tomen de manera equitativa y transparente, asegurando a los accionistas y otras partes interesadas que la Compañía adopte las mejores prácticas de gobierno corporativo.

2. ALCANCE

Se aplica a:

- Todas las áreas y procesos de ODATA.

3. REFERENCIAS PARA LA ELABORACION DESTE DOCUMENTO

- ISO 9001
- ISO/IEC 20000-1
- ISO/IEC 27001
- ISO 14001
- ISO 45001

4. DEFINICIONES

- **Partes Relacionadas:** Se considera que son Partes Relacionadas las personas naturales o jurídicas con las cuales la Compañía tiene la posibilidad de contratar en condiciones distintas a las de independencia que caracterizan las transacciones con terceros ajenos a la Compañía. En consecuencia, para los fines de esta Política, se considerará Persona Relacionada: (i) un individuo o un Miembro Cercano de la Familia de alguien que (a) tiene el control total o compartido de la Compañía; (b) tiene una Influencia Significativa sobre la Compañía; y/o (c) realiza cualquier

actividad relevante en la administración de la Compañía (miembros del Consejo de administración de ODATA Brasil, Directores, miembros de la junta directiva, gerentes, administradores, ejecutivos principales, liquidadores, u otras actividades deliberativas); y (ii) entidades legales (a) que están bajo control común, directa o indirectamente; (b) ejerce el control total o compartido de la Compañía; (c) estén controladas por la Compañía; o (d) tengan Influencia Significativa sobre la Compañía.

- **Miembros Cercanos de la Familia:** Son aquellos miembros de la familia que se espera que influyan o sean influenciados por la persona en el negocio de dichos miembros con la Compañía o sus e incluyen, pero no se limitan: para Brasil, descendientes y ascendentes en línea reta hasta el segundo grado, naturales o civiles, su cónyuge, compañero, en régimen de unión estable o equivalente, colaterales hasta segundo grado de consanguinidad. Para los demás países, se incluyen, pero no se limitan a los: parientes hasta el cuarto grado de consanguinidad o segundo grado de afinidad, su cónyuge, pareja en un acuerdo de unión civil, su conviviente, su pareja en una unión estable o equivalente.
- **Influencia Significativa:** Poder para participar o intervenir sobre la administración o las decisiones de políticas de la Compañía, sus subsidiarias, filiales, coligantes o coligadas, o de una compañía en particular, pero sin el control efectivo sobre dichas políticas. Se supone una influencia significativa cuando una persona posee al menos el veinte por ciento (20%) del capital con derecho a voto de una empresa o, en caso de que esté en Chile, al menos diez por ciento del capital de una empresa.
- **Conflicto de Intereses:** Toda situación en la que los intereses personales de un trabajador o administrador puedan, de forma concreta o aparente, comprometer o influir indebidamente el desempeño de sus funciones o la toma de decisiones, en conflicto con los intereses de la Compañía.
- **Canal Ético:** mecanismo independiente y confidencial puesto a disposición por ODATA para el registro de denuncias, reportes, consultas o inquietudes relacionadas con posibles violaciones de leyes, reglamentos, políticas internas, del Código de Conducta o de los principios éticos de la Compañía. El Canal permite el envío de reportes identificados o anónimos, cuando lo permita la legislación aplicable, es administrado por una empresa especializada y cuenta con protección contra represalias para los denunciantes que actúen de buena fe.

5. RESPONSABILIDADES Y AUTORIDADES

- **CFO:** Colaborador responsable de la gestión macro de las áreas Legal, Financiera, Business Development y Recursos Humanos;
- **CEO:** Colaborador responsable de la administración general de la Compañía;
- **Vice President, General Counsel Latam:** Colaborador responsable del área Legal y de Compliance;
- **PM&A:** Área de la Compañía responsable de los controles internos, procesos y procedimientos.

6. REGLAS

6.1 Respeto a las normas legales y éticas

La Compañía puede realizar Transacciones con Partes Relacionadas siempre que se contraten en condiciones de mercado, es decir, que durante la negociación y formalización de la transacción, se observen precios y condiciones de los servicios que sean compatibles y comparables con los que se practican normalmente en el mercado, aplicando los mismos principios y procedimientos que guían las negociaciones realizadas por la Compañía, según se describen en el Código de Ética y Conducta de la Compañía.

6.2 Transacciones con Partes Relacionadas

Las transacciones con Partes Relacionadas son transacciones que resultan en la enajenación de bienes, derechos, recursos, servicios u obligaciones, directa o indirectamente, entre la Compañía y/o sus sociedades subsidiarias, filiales, coligantes o coligadas y una Parte Relacionada, independientemente de si se cobra un valor como contraprestación ("Transacciones con Partes Relacionadas").

6.3 Identificación de Transacciones con Partes Relacionadas

Corresponderá al área solicitante de la contratación, investigar previamente a cualquier contratación, si la parte con la que podría contratarse, a los efectos de esta Política, se considera una Parte Relacionada. Si el área responsable de la contratación tiene dudas respecto a la caracterización de la transacción como una Transacción con Parte Relacionada, debe remitir cualquier consulta y la información de que disponga

al Área Legal, que será responsable de establecer, en segundo análisis, si dicha transacción debe estar sujeta a las disposiciones de esta Política.

6.4 Gestión de riesgos

El Área Legal es responsable de revisar los acuerdos con Partes Relacionadas y verificar que estén en línea con la presente Política. Posteriormente, el Área Legal informará al área solicitante si hay o no necesidad de presentar dicha contratación para la aprobación previa del Directorio o del Accionista de ODATA, según sea apropiado.

En situaciones en las que se identifica que un contrato en particular no está en línea con esta Política, el Área Legal enviará sus conclusiones al Directorio o Accionista de ODATA, según sea apropiado, con una descripción de los hechos y las pruebas que justifiquen su evaluación. Si el Directorio o Accionista aprueba la ejecución de la transacción que involucre a Partes Relacionadas, el Área Legal informará dicha decisión al responsable de la contratación y ratificará la decisión junto al Directorio o Accionista.

6.5 Información a ser considerada en el análisis de Transacciones con Partes Relacionadas.

La siguiente información debe revisarse como parte del proceso de aprobación:

- a) Los términos de la transacción;
- b) El interés de la Parte Relacionada;
- c) El propósito y el momento de la transacción;
- d) Si la Compañía y/o sus subsidiarias directas e indirectas son partes de la transacción y, si no, la naturaleza de su interés;
- e) Si la transacción implica la enajenación de un activo, la descripción del activo, incluida la fecha de adquisición y el valor en libros o el costo asignado;
- f) La información sobre las contrapartes en la transacción;
- g) El monto aproximado de la transacción;
- h) Una descripción de cualquier disposición o limitación impuesta a la Compañía y/o sus subsidiarias directas e indirectas como resultado de la ejecución de la transacción;

- i) Si la transacción implica algún riesgo reputacional para la Compañía y/o sus subsidiarias directas e indirectas; y
- j) Cualquier otra información que pueda ser relevante para los accionistas.

6.6 Formalización de las Transacciones con Partes Relacionadas

Las Transacciones con Partes Relacionadas deberán: (a) cumplir con las disposiciones de esta Política y con todas las otras prácticas utilizadas por la Compañía y las pautas mencionadas en el Código de Ética y Conducta de la Compañía; y (b) concretarse en un instrumento escrito que mencione sus principales términos y condiciones, tales como, pero sin limitarse a ellos, el precio global, el precio unitario, los términos, las garantías, la responsabilidad fiscal, el pago de tarifas, y la obtención de licencias. Igualmente, en este documento se debe incluir la posibilidad de terminación por parte de la Compañía de cualquier transacción con Partes Relacionadas que tenga carácter de tracto sucesivo, en condiciones equivalentes a las disponibles en los contratos con Partes no Relacionadas.

6.7 Cuestionario

Los departamentos de Recursos Humanos y Suministros, según corresponda, deben buscar y evaluar las respuestas de los empleados y/o proveedores potenciales, a los cuestionarios específicos adoptados por la Compañía antes de la firma de un contrato. Si se identifica una posible transacción entre Partes Relacionadas, los departamentos de Recursos Humanos y Suministros deben informar de inmediato al Área Legal para verificar que la transacción en consideración se caracterice como una Transacción con Partes Relacionadas.

6.8 Directorio y Accionista

Corresponde al Directorio o Accionista de ODATA, según lo estipulado en esta Política: (a) resolver sobre la aprobación o rechazo de la ejecución de cualquier acuerdo entre la Compañía y una Parte Relacionada, sujeto a las disposiciones pertinentes en lo Contrato Social de la Compañía, si corresponde; (b) poner a disposición del accionista los acuerdos con Partes Relacionadas suscritos por la Compañía; (c) revisar las contrataciones identificadas que no están en línea con esta Política; y (d) asesorar a la Compañía en casos de procedimientos omitidos y relacionados con esta Política.

Corresponde al Directorio del respectivo país ratificar la decisión del Directorio o Accionista de ODATA.

6.9 Transacciones con Partes Relacionadas que no hayan seguido los procedimientos de esta Política.

Si los trabajadores se enteran de cualquier Transacción con una Parte Relacionada que no haya estado sujeta a los procedimientos de aprobación establecidos en esta Política, el Área Legal revisará dicha transacción considerando todas las opciones disponibles para la Compañía y/o sus subsidiarias directas e indirectas, incluyendo la ratificación, la corrección o modificación o la terminación de la transacción, informando a la Administración sus conclusiones.

7. CONFLICTO DE INTERESES

7.1 Situaciones de Conflicto de Interés

El Conflicto de Intereses surge cuando una persona que está involucrada en la toma de decisiones o tiene el poder de influir o interferir en el resultado, pone intereses de terceros por encima de los intereses de la Compañía, asegurando una ganancia para sí mismo, un Miembro Cercano de la Familia o un tercero con quien está involucrado. En consecuencia, existe un Conflicto de Intereses cuando alguien no es independiente en relación con el asunto en discusión y puede influir o tomar decisiones motivadas por intereses diferentes a los de la Compañía. Esta es una situación que debe ser examinada y tratada en cada caso específico, cuando se verifique la confrontación entre el interés de la Compañía y el interés personal de la persona involucrada.

7.2 Reglas Generales

Cuando se identifique un posible Conflicto de Intereses, la persona involucrada en el proceso de toma de decisiones debe declararse inhabilitada y abstenerse de participar en una negociación particular para garantizar el interés exclusivo de la Compañía.

Además, los Directores en una posición de Conflicto de Intereses deben estar ausentes de las discusiones sobre el tema y abstenerse de votar sobre el tema. Si así lo solicita el Director Ejecutivo de la Compañía, dichos Directores podrán participar parcialmente en las discusiones como informantes, a fin de proporcionarles más información sobre la operación y las partes involucradas, sin perjuicio de lo anterior, deberán siempre ausentarse al final de la discusión, incluido el proceso de votación del asunto.

La manifestación de la situación del Conflicto de Intereses y la posterior abstención se registrarán en el acta de la reunión respectiva en la que se considere el asunto.

La falta intencional de una declaración voluntaria de un trabajador o administrador se considerará una violación de los principios de buen gobierno corporativo y de esta Política, y dicho comportamiento se señalará al Departamento Legal y, según sea el caso, al Directorio o al Accionista de ODATA.

Al realizar sus actividades laborales diarias, los empleados deben tomar decisiones en el mejor interés de la Compañía, independientemente de cualquier influencia externa. La Compañía busca promover un ambiente de trabajo propicio para que los empleados puedan desempeñar sus funciones en beneficio de la Compañía sin verse afectados por Conflictos de Intereses.

Los empleados deben actuar de manera consistente con los objetivos e intereses de la Compañía, y evitar asumir una conducta que pueda afectar negativamente la confianza de los clientes, proveedores, terceros u otros empleados en la integridad y los valores de la compañía.

Todos los empleados deben observar la posible configuración de un Conflicto de Intereses en el desarrollo de sus actividades, ya sea relacionado con la Compañía o con terceros.

Se requiere que los trabajadores se comuniquen con el Área de Compliance en las siguientes situaciones: (a) si tienen dudas sobre cómo prevenir o evitar situaciones que configuren Conflicto de Intereses, así como cualquier pregunta sobre la aplicación de esta Política en un caso particular; y (b) para presentar el formulario contenido en el Anexo I, si el empleado se encuentra en una posible situación de Conflicto de Intereses, de conformidad con los términos del Código de Ética y Conducta de la Compañía y de esta Política.

Si se sospecha una situación de Conflicto de Intereses que involucre a otro empleado en detrimento de los intereses de la Compañía, solicitamos que se informe al Área de Compliance.

8. DISPOSICIONES FINALES

Esta Política es válida indefinidamente y puede ser modificada en cualquier momento por la Compañía.

Corresponde al Directorio de ODATA Brasil:

- Aprobar formalmente esta Política;
- Aprobar cualquier modificación o revisión futura, que puede ocurrir cuando sea necesario;
- Analizar cualquier omisión o excepción a la Política.

Corresponde al Directorio del respectivo país ratificar la decisión del Directorio o Accionista de ODATA Brasil.

Se establece el Canal Ético de la Compañía como un canal formal para recibir quejas relacionadas con Transacciones con Partes Relacionadas.

Las personas que violen esta Política estarán sujetas a las medidas legales y / o disciplinarias aplicables, que serán evaluadas por el Comité de Ética de ODATA y determinadas por los gerentes competentes de la Compañía.

Esta Política entrará en vigor a partir de la fecha de su publicación, revocando cualquier disposición en contrario.

Anexo I – Formato para Declaración de Conflicto de Intereses

Nombre:	
Cargo:	Departamento:

A. Declaración sobre Familiares:

1. ¿Alguno de sus familiares desempeña o ha desempeñado funciones públicas destacadas en un país, o es agente o funcionario público?

Sí ☐ No ☐

2. ¿Alguno de sus familiares es trabajador de la Compañía o empresa del mismo grupo económico de la Compañía?

Sí ☐ No ☐

3. ¿Alguno de sus familiares es trabajador, administrador, o tiene participación corporativa directa o indirecta en una empresa del mismo ramo o sector de la Compañía o que de alguna forma pueda ser considerada competencia de la Compañía?

Sí ☐ No ☐

4. ¿Alguno de sus familiares es trabajador, administrador o tiene participación corporativa directa o indirecta en empresas con negocios o contratos firmados con la Compañía (socios, terceros, representantes, subcontratados, proveedores, consultores o prestadores de servicios en general), o que potencialmente puedan ser contratados por empresas del mismo grupo de la Compañía?

Sí ☐ No ☐

5. ¿Alguno de sus familiares ejerce función como consejero, director o gerente de las empresas mencionadas anteriormente?

Sí ☐ No ☐

6. En caso de que haya respondido de forma positiva cualquiera de las preguntas indicadas más arriba, por favor detallar abajo.

Respuesta:

B. Situación de Potencial Conflicto de Interés

Summary

1.	OBJECTIVE	25
2.	SCOPE	25
3.	REFERENCES FOR THE PREPARATION OF THIS DOCUMENT	25
4.	DEFINITIONS	25
5.	RESPONSIBILITIES AND AUTHORITIES	26
6.	RULES	27
6.1	Respect the Legal and Ethical Standards	27
6.2	Related Party Transactions	27
6.3	Identification of Related Party Transactions	27
6.4	Risk Management	27
6.5	Information to be Considered when Analyzing Related Party Transactions	28
6.6	Formalization of Related Party Transactions	29
6.7	Questionnaire	29
6.8	Board of Directors and Shareholder	29
6.9	Related Party Transactions that have not been Subject to the Procedures of this Policy	30
7.	CONFLICT OF INTEREST	30
7.1	Conflict of Interest Situations	30
7.2	General Rules	30
8.	FINAL PROVISIONS	32
	Annex I – Conflict of Interest Declaration Form	33

1. OBJECTIVE

The present Policy for Related Party Transactions and Conflicts of interest ("Policy") aims to establish procedures to be observed by ODATA BRASIL LTDA. ("ODATA Brasil"), its branches, subsidiaries and affiliates belonging to the same group ("Company"), in order to ensure that decisions involving Related Party Transactions, as defined below, and other situations with potential conflict of interest, are taken under conditions of equality and transparency, ensuring to shareholders and other interested parties that the Company adopts the best corporate governance practices.

2. SCOPE

It refers to:

- All areas and process of ODATA.

3. REFERENCES FOR THE PREPARATION OF THIS DOCUMENT

- ISO 9001
- ISO/IEC 20000-1
- ISO/IEC 27001
- ISO 14001
- ISO 45001

4. DEFINITIONS

- **Related Parties:** individuals or legal entities with whom the Company may contract under conditions other than those of independence that characterize transactions with third parties unrelated to the Company are considered Related Parties. Thus, for the purposes of this Policy, the following are considered: (i) an individual or a close family member of someone who (a) has full or shared control of the Company; (b) has significant influence over the Company; or (c) perform any relevant activity in the Company's management (board members, directors or other deliberative activities); and (ii) legal entities (a) that are under common control, directly or indirectly;

(b) exercises full or shared control of the Company; (c) is controlled by the Company; or (d) has significant influence over the Company.

- **Close Family Members:** Are those close family members who can be expected to exert influence or be influenced by the person in the business of these members with the Company or its Subsidiaries and include, but are not limited to: for Brazil, descendants and ascendants in a straight line up to the second degree, natural or civil (adoptive), their spouse, common-law partner or equivalent, collateral up to the second degree of consanguinity. For other countries this includes, but is not limited to, relatives up to the fourth degree of consanguinity or second degree of affinity, your spouse, civil union partner, common-law marriage partner, or equivalent, or who live together in the same household.
- **Significant Influence:** Power to participate in decisions on financial and operating policies of the Company, its Subsidiaries, branches, affiliates, or a particular company, but without having actual control over these policies. Significant influence is presumed when a person holds at least 20% (twenty percent) of the voting capital of a company, or if in Chile, at least 10% (ten percent) of the capital of a company.
- **Conflict of Interest:** Any situation in which the personal interests of an associate or director may, in a concrete or apparent manner, compromise or improperly influence the performance of their duties or decision-making, in conflict with the Company's interests.
- **Ethics Channel:** independent and confidential mechanism made available by ODATA for submitting reports, complaints, questions, or concerns related to possible violations of laws, regulations, internal policies, the Code of Conduct, or the Company's ethical principles. The Channel allows identified or anonymous reports, when permitted by applicable law, is managed by a specialized company, and provides protection against retaliation for whistleblowers who act in good faith.

5. RESPONSIBILITIES AND AUTHORITIES

- **CFO:** Associate responsible for the macro management of Legal, Finance, Business Development, and Human Resources;
- **CEO:** Associate responsible for the overall management of the Company;

- **Vice President, General Counsel Latam:** Associate responsible for the Legal and Compliance areas;
- **PM&A:** Company area is responsible for internal controls, processes, and procedures.

6. RULES

6.1 Respect the Legal and Ethical Standards

The Company may perform Related Party Transactions provided that they have been contracted under market conditions, i.e., that, during the negotiation and formalization of the transaction, the prices and conditions of services have been observed to be compatible with those practiced in the market, applying the same principles and procedures that guide negotiations made by the Company, as described in the Company's Code of Ethics and Conduct.

6.2 Related Party Transactions

Related Party Transactions are transactions that result in the transfer of goods, rights, resources, services, or obligations, directly or indirectly, between Company and a Related Party, regardless of the price charged in return ("Related Party Transactions").

6.3 Identification of Related Party Transactions

It will be up to the requesting area the hiring to question, prior to any hiring, if the hired party is, for the purposes of this Policy, considered a Related Party. In case the area responsible for hiring presents any questioning as to the characterization of the operation as a Related Party Transaction, it must forward any doubts to the Legal Department, which will be responsible for recommending, in a second analysis, whether such transaction should be subject to the provisions of this Policy.

6.4 Risk Management

It is up to the Legal Department to analyze the contracts between the Related Parties and verify if they are in line with this Policy. After that, the Legal Department shall inform the requesting area about the need to submit such contracting to the prior approval of the Board of Directors or Shareholder approval, as appropriate.

In situations where it is identified that a certain hiring is not in line with this Policy, it will be up to the Legal Department to forward to the Board of Directors or Shareholder, with a description of the facts and evidence that justify its understanding. If the Board of Directors or Shareholder approves the conclusion of any transaction involving Related Parties, the Legal Department will inform such decision to the respective person responsible for contracting. In the event that these situations occur outside Brazil, the decision will be ratified in the respective Board of Directors/Directorate/Governing Committee, as appropriate.

6.5 Information to be Considered when Analyzing Related Party Transactions

The following information shall be analyzed within the scope of the approval process:

- a) the terms of the transaction;
- b) the interest of the Related Party;
- c) the purpose and timing of the transaction;
- d) whether the Company and/or its direct and indirect subsidiaries are parties to the transaction and, if not, the nature of their participation;
- e) if the transaction involves the sale of an asset, a description of the asset, including date of acquisition and carrying amount or deemed cost;
- f) information about the counterparties in the transaction;
- g) the approximate transaction amount;
- h) description of any provisions or limitations imposed on the Company and/or its direct and indirect subsidiaries as a result of the execution of the transaction;
- i) if the transaction involves any reputational risk for the Company and/or its direct and indirect subsidiaries; and
- j) any other information that may be relevant to shareholders.

6.6 Formalization of Related Party Transactions

Related Party Transactions must: (a) be in accordance with the provisions of this Policy and with the other practices used by the Company and guidelines mentioned in the Company's Code of Ethics and Conduct; and (b) be concluded in a written instrument mentioning its main terms and conditions, such as: global price, unit price, terms, guarantees, responsibility for collecting taxes, payment of fees, obtaining licenses, among others. Among these characteristics, the possibility of termination, by the Company, of any transaction with a Related Party that is a successive deal must also be expressly included, under conditions equivalent to those available in contracts with non-related parties.

6.7 Questionnaire

The HR and Procurement Departments, as applicable, must obtain and evaluate the responses of potential employees and/or suppliers to the specific questionnaires adopted by the company prior to hiring. If any potential Related Party transaction is identified, the HR and Procurement Departments must immediately inform this fact to the Legal Department, in order to verify if a certain transaction should be characterized as a Related Party Transaction.

6.8 Board of Directors and Shareholder

It is incumbent upon the Board of Directors or Shareholder of ODATA Brasil, as stipulated in this Policy: (a) to decide on the approval or rejection of the execution of any contracts between the Company and Related Parties, respecting the relevant provisions in the Company's Articles of Association, if applicable; (b) make available to the shareholder the contracts with Related Parties entered into by the Company, as approved; (c) analyze identified hires that are not in line with this Policy; and (d) guide the Company in cases of omitted procedures related to this Policy.

It is up to the Board of Directors/Directorate/Governing Committee of the respective country to ratify the decision of the ODATA Brazil's Board of Directors or Shareholder.

6.9 Related Party Transactions that have not been Subject to the Procedures of this Policy

If a Related Party Transactions comes to the attention of the Directors or Associates that has not been submitted to the approval procedures set forth in this Policy, the Legal Department will analyze said transaction considering all the options available to the Company and/or its direct and indirect subsidiaries, including the ratification, amendment, or closure of the transaction, informing the Executive Board of its conclusions.

7. CONFLICT OF INTEREST

7.1 Conflict of Interest Situations

Conflict of Interest arises when a person is involved in a decision-making process in which he or she has the power to influence the outcome, ensuring a gain for himself or herself, a family member, or a third party with whom he or she is involved, or that may interfere with his or her capacity for unbiased judgment. Thus, a conflict of interest exists when someone is not independent in relation to the matter under discussion and can influence or make decisions motivated by interests other than those of the Company. This is a situation that must be examined and dealt with in each specific case when the confrontation between the Company's interest and the personal interest of the agent is verified.

7.2 General Rules

When a potential conflict of interest is identified, the person involved in the decision-making process must plead impediment and abstain from participating in a given negotiation, in order to ensure the exclusive interest of the Company.

In addition, the Directors in a position of conflict of interest must absent themselves from discussions on the subject and abstain from voting in deliberations on the matter. If requested by the Managing Director of the Company, such Directors may partially participate in the discussions as informants, aiming to provide them with more information on the operation and the parties involved, the conflicted Manager,

however, shall always leave the room at the end of the discussion, including the voting process of the matter.

The manifestation of the situation of conflict of interest and the subsequent abstention must be included in the minutes of the respective meeting at which the matter is considered.

The intentional absence of voluntary manifestation by a Director shall be considered a violation of the principles of good corporate governance and of this Policy, and such behavior shall be brought to the attention of the Legal Department and, as the case may be, to the Board of Directors and/or Shareholder of ODATA Brasil.

In performing their daily work activities, associates must make decisions in the best interests of the Company, independent of any outside influence. The Company seeks to promote a favorable work environment so that the associate is able to exercise his/her functions for the benefit of the Company without being impacted by Conflict of Interest.

The associate must not act in a manner that diverges from the Company's objectives and interests, nor assume conducts that may negatively affect the trust of clients, suppliers, third parties, or other employees in the integrity and values of the company.

All associates must observe the potential configuration of a Conflict of Interest when conducting their activities, whether related to the Company or to third parties.

Associates must contact the Compliance Department in the following situations: (a) in case of doubt about how to prevent or avoid situations that constitute a Conflict of Interest, as well as any doubt about the application of this Policy in a specific case; and (b) to submit the form contained in Annex I, if the associate is in a situation of potential Conflict of Interest, under the terms of the Company's Code of Ethics and Conduct and this Policy.

In case of suspicion of a situation of Conflict of Interest involving another associate to the detriment of the Company's interests, the Compliance Department should be informed.

8. FINAL PROVISIONS

This Policy is valid indefinitely and may be amended at any time.

It is up to the Board of Directors of ODATA Brasil:

- Formally approve the Policy;
- Approve as well as any future revisions, which should occur whenever necessary;
- Review any omissions or exceptions to the Policy.

It is up to the Board of Directors/Executive Board/Governing Committee/Assembly of Shareholders of the respective country, to ratify the decision of the Board of Directors or Shareholder of ODATA Brasil .

The Company's Ethics Channel is hereby established as a formal channel to receive denunciations that involve Related-Party transactions.

Persons who violate this Policy will be subject to appropriate legal and/or disciplinary measures, which will be evaluated by the ODATA Ethics Committee and determined by the competent managers of the Company.

This Policy will come into force on the date of its publication, and any provisions to the contrary are revoked.

Annex I – Conflict of Interest Declaration Form

Name:	
Position:	Department:

A. Statement about Family Members:

1. Are any of your family members public agents?

Yes ☐ No ☐

2. Are any of your family members associates of the Company or of a company in the same group as the Company

Yes ☐ No ☐

3. Is(are) any of your family member(s) employed by a company in the same line of business as the Company or that can in any way be considered a competitor of the Company?

Yes ☐ No ☐

4. Is(are) any of your family member(s) an associate, officer, worker or has direct or indirect ownership interest in company(ies) with business or contracts signed with the Company (partners, third parties, representatives, subcontractors, suppliers, consultants, service providers in general), or that could potentially be signed, or with company(ies) in the same group as the Company?

Yes ☐ No ☐

5. Do any of your family members serve as a director, officer or manager in the companies mentioned in the previous question?

Yes ☐ No ☐

6. If you answered positively to any of the above questions, please give the details below.

Answer: _____

B. Situations of Potential Conflict of Interest

1. Does the associate have share participation in company(ies) with business or contracts signed with the Company (partners, third parties, representatives, subcontractors, suppliers, consultants, service providers in general), or that could potentially be signed, or with company(ies) in the same group as the Company?

Yes ☐ No ☐

- Yes ☐ No ☐

- Answer: _____

Name:

Title:

 An Aligned Data Centers Company	N° ODATA: JUR-POL-001 Classificação da Informação: Público	
	Revisão: 07	Página: 35-35

Histórico de Revisões				Controle de Aprovação		
Rev.	Data	Descrição da Revisão/Alterações	Página(s)/Item(ns)	Elaboração	Revisão	Aprovação
00	06/09/2019	Emissão inicial.	Criação de todo documento.	BG	CS	RB
01	20/04/2020	Inclusión de versión en español y adaptación a Colombia	Desde la pág. 12	EP	KR	CF
02	05/08/2021	Ajuste no numeral dos Anexos e atualização na composição dos Membros do Comitê de Ética. Alteração no cargo de Compliance Officer. Ajustes e inclusión del Anexos para ODATA Colocation México S.A. de C.V e ODATA Chile S.A., actualización de la composición de los miembros del Comité de Ética. Cambios en el cargo del Compliance Officer.	Todo documento.	MB	KR	EDP
03	08/11/2021	Atualização da capa e Referência	Pág. 1, 3 e 12	MC	HC	RA
04	06/05/2022	Atualização de informações do Canal de Ética.	Págs. 5, 9, 14 e 19	Paola Selva	Heide Coelho	Erika Patara
05	28/06/2023	Inclusão da versão em inglês e atualização da capa e logo	Pag.1, 25 a 34	BO	CS	EP
06	19/01/2024	Atualização informação societária	Pág. 5, 9, 15, 19, 25, 29	JCS/ PLS	HC	EP
07	27/08/2026	Atualização das definições de Conflito de Interesses e Canal de Ética; inclusão de referências à área de Compliance nas responsabilidades e nos procedimentos de comunicação de conflito de interesses.	Itens 4, 5 e 7.2 / versões PT, ES e EN	Isabela Mattos	Heide Coelho	Teresa Faleiro